

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Mais projetos de energia devem entrar no PPI, prevê secretário	2
Título: Para ONS, PIB mais forte vai exigir revisão do planejamento do setor	4
Título: Não há dinheiro para compensar Lei Kandir	4
Título: Contratos da Petrobras terão que passar por pente-fino	7
Título: CVM investiga administradores da Vale sobre barragem em Brumadinho	9
Título: Tragédia não é caso isolado em mineração, diz ONG.....	12
Título: WEG aposta no mercado de baterias para armazenamento.....	14
Título: Itaú eleva uso de energia solar em agências em MG	15
Título: CVM faz acordo em casos da Braskem e Usiminas.....	16
Título: Etanol de milho avança	18
Título: Leilão de Biodiesel.....	19
Título: Vale é vetada por gestora Robeco após desastre de Brumadinho.....	19
Título: Vale e Petrobras aliviam pressão de bancos na bolsa	21
Título: Barragem de rejeitos ou de resíduos?	23
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	26
Título: Petrobrás admite supercampo no ES e vai pagar dívida de R\$ 3,1 bi	26
Título: Brumadinho: MP fará denúncia por homicídio	27
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	28
Título: TIROTEIO	28
Título: BANCADA DA LAMA.....	28
Título: Vale será reprivatizada, afirma secretário de Desestatização	29
Título: Mineradora retoma operações no porto de Vitória	30

Título: Governo monta grupo para tratar de revisão de Itaipu	31
VEÍCULO: O Globo.....	31
Título: Longa vida para a Vale	31
Título: Vale privilegiou lucro em vez de segurança, diz parecer do MPF.....	32
Título: Na Câmara, CPI investiga tragédia	33
Título: Governo quer 'reprivatizar' a Vale, diz secretário	33
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	35
Título: Sobe para 166 o número de mortos	35
Título: "Reprivatizar a Vale"	36

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 14/02/2019

Seção: Brasil

Autor: Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Mais projetos de energia devem entrar no PPI, prevê secretário

O conselho do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) prevê realizar uma reunião no fim deste mês para discutir a inclusão de novos projetos na carteira do programa, inclusive na área de energia. Potenciais projetos que podem ser incluídos nos setores elétrico e de óleo e gás são os lotes de linhas de transmissão previstos para serem leiloados neste ano pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), a 16ª Rodada de Blocos Exploratórios da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e a 6ª Rodada do Pré-sal, também previstos para este ano.

"Há uma previsão de reunião em fevereiro, que não está confirmada ainda. E já temos uma série de projetos mapeados. Por exemplo, em transmissão [de energia], já há a previsão de ter um leilão de transmissão neste ano. Em óleo e gás, por exemplo, a 6ª Rodada do Pré-sal e a 16ª Rodada de Concessões, que também já estão aprovadas pelo CNPE [Conselho Nacional de Política

Energética]", afirmou o secretário de coordenação de Energia e Aeroportos do PPI, Pedro Barros de Souza, que participou de evento sobre energia, ontem, na Firjan, no Rio.

O secretário explicou que a carteira atual do PPI é formada por projetos remanescentes da gestão anterior. "A maior parte deles já está bem madura", afirmou Souza, lembrando que entre março e abril serão leiloados 24 projetos do PPI, entre aeroportos, terminais portuários, a ferrovia Norte-Sul e a Parceria Público-Privada (PPP) do comando aéreo da Aeronáutica.

Questionado sobre o megaleilão do excedente da cessão onerosa, o secretário não soube informar quando o projeto poderá ser incorporado à carteira, pois a iniciativa ainda depende da renegociação do contrato da cessão onerosa entre a União e a Petrobras. "Estamos acompanhando de perto. Precisamos avançar um pouco mais para que isso venha a fazer parte da carteira do PPI", completou.

Considerando a carteira atual do programa, o principal projeto é na área de energia é a desestatização da Eletrobras, por meio de uma capitalização. "A capitalização da Eletrobras é uma grande oportunidade para o governo federal", disse o secretário do PPI.

Souza contou ainda que o PPI está em conversas com o **Ministério de Minas e Energia** e a Aneel para incluir os leilões de energia nova "A-4" e "A-6" (que negociam contratos de novos empreendimentos com início de suprimento em quatro e seis anos à frente, respectivamente) na carteira do programa. Essa decisão, no entanto, só será tomada a partir do mês que vem, quando está prevista a divulgação do calendário de leilões de geração de energia deste ano.

De acordo com Souza, a carteira atual do PPI possui 69 projetos, totalizando R\$ 113,7 bilhões em investimentos previstos. Os principais setores, em números de projetos, são portos (21), aeroportos (17) e ferrovias (12).

De acordo com o secretário, até hoje, foram concluídos 124 projetos no PPI, com R\$ 253,3 bilhões de investimentos contratados. Do total de projetos, 94 foram da área de energia, sendo 82 em transmissão, cinco em geração e sete em distribuição.

Presente ao evento, o diretor-geral da Aneel, André Pepitone, contou que o leilão de linhas de transmissão está previsto para ser realizado no segundo semestre e tem investimentos previstos de R\$ 4 bilhões. No evento, organizado por companhias italianas, entre elas a Enel e a Terna, Pepitone citou a importância de capital privado e estrangeiro na expansão do setor elétrico. "Temos uma meta arrojada e precisamos do capital estrangeiro para fazer investimentos", afirmou o diretor da agência reguladora.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 14/02/2019****Seção: Brasil****Autor: Rodrigo Polito | Do Rio****Título: Para ONS, PIB mais forte vai exigir revisão do planejamento do setor**

O diretor-geral do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), Luiz Eduardo Barata, afirmou ontem que, se houver um crescimento maior que o esperado do Produto Interno Bruto (PIB) nos próximos anos, será preciso rever o planejamento do setor elétrico. Ele, no entanto, assegurou que, mesmo com um crescimento além do previsto, o país dispõe de capacidade instalada suficiente para fazer frente a esse aumento.

"É esperado, e a torcida é por um crescimento do PIB maior", afirmou ele. Se isso ocorrer", continuou, "vamos ter que rever nosso planejamento."

Ele explicou, porém, que, como os projetos eólicos e solares têm um processo relativamente rápido de construção, "mesmo que tenhamos um crescimento acelerado da economia, nossa capacidade instalada será capaz de fazer frente a esse crescimento".

A previsão mais recente dos analistas consultados semanalmente pelo Banco Central para o boletim Focus aponta que a economia brasileira vai crescer, em média, 2,65% nos próximos quatro anos.

De acordo com o executivo, a carga prevista do país para 2019 é de 68.897 megawatts (MW) médios. Para 2023, a expectativa atual é de uma carga de 79.944 MW médios.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 14/02/2019****Seção: Brasil****Autor: Ribamar Oliveira****Título: Não há dinheiro para compensar Lei Kandir**

Pela primeira vez desde que a chamada Lei Kandir foi aprovada, em 1996, não há recursos no Orçamento deste ano para compensar os Estados por alegadas perdas de receita com a isenção do ICMS de produtos primários e semielaborados destinados à exportação.

Quando enviou a proposta orçamentária ao Congresso, em agosto do ano passado, o governo não incluiu a compensação da Lei Kandir. Nos últimos anos, isso também ocorreu, mas os parlamentares incluíam, por meio de suas

emendas, uma compensação no Orçamento, geralmente de R\$ 3,9 bilhões, para atender aos Estados.

No ano passado, no entanto, ao aprovarem o Orçamento de 2019, isso não foi feito. Alguns técnicos consultados pelo **Valor** informaram que a omissão ocorreu porque os deputados e senadores teriam que cortar uma despesa equivalente para que a compensação da Lei Kandir fosse incluída no teto de gastos da União.

Compensação aos Estados está sujeita ao teto de gastos

Eles não conseguiram fazer isso e os Estados ficaram sem o dinheiro, justamente no momento em os governadores pressionam por ajuda financeira da União e em que o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), assume o compromisso de lutar para que seja regulamentada a compensação à Lei Kandir.

Para isso, Maia enquadrou o próprio Tribunal de Contas da União (TCU), que se preparava para cumprir determinação do Supremo Tribunal Federal (STF), de fixar as regras e o montante da compensação a ser repassada pela União aos Estados pelos supostos prejuízos causados pela Lei Kandir.

O TCU vai esperar que o julgamento de um pedido, feito pela Advocacia-Geral da União (AGU), para que o Supremo amplie em 24 meses o prazo dado ao Congresso para fazer a regulamentação da compensação da Lei Kandir. O prazo inicial dado pelo STF acabou em 14 de dezembro de 2017.

O presidente da Câmara quer fazer um grande pacto federativo, que envolva ajuda financeira aos Estados e que permita a aprovação mais rápida da reforma da Previdência Social. Regulamentar a compensação aos Estados pelas perdas com a Lei Kandir seria apenas um dos pontos do pacto.

Maia vai enfrentar algumas dificuldades em sua empreitada. A primeira delas é que a procuradora-geral da República, Raquel Dodge, deu parecer contrário ao pedido da AGU de prorrogação do prazo para que o Congresso decida sobre a Lei Kandir. Dodge considera que o STF já se manifestou pela inviabilidade de se prolongar a indefinição sobre a compensação aos Estados. A favor do presidente da Câmara há o fato de que essa questão não é técnica, mas sim política, pois envolve o pacto federativo e deve ser resolvida pelo Congresso.

A segunda dificuldade é que a compensação aos Estados pelas perdas com a lei Kandir é uma despesa da União que está submetida ao teto de gastos, ou seja, para incluí-la no Orçamento, os parlamentares terão que definir quais as outras despesas que serão cortadas, em montante equivalente. Só uma alteração do texto constitucional mudará essa realidade.

A maior dificuldade, no entanto, é que a União não tem recursos para fazer uma compensação maior aos Estados, pois registra déficits elevados em suas contas desde 2014. Dito de uma outra maneira: a União também precisa ajustar as suas contas e a reforma da Previdência é a peça-chave na equação.

Além disso, a área econômica considera que a desoneração do ICMS de parte das exportações e a autorização de crédito nas aquisições de bens destinados ao ativo permanente ocasionaram redução temporária na arrecadação do tributo durante os quatro anos iniciais (após a aprovação da Lei Kandir), mas não afetaram as receitas estaduais, pois as transferências da União suavizaram a transição para o novo modelo de tributação.

Segundo essa interpretação, que foi exposta em documento enviado à comissão mista sobre a Lei Kandir, que funcionou em 2017, o produto da arrecadação do ICMS, nos anos que se sucederam, cresceu substancialmente, inclusive acima do crescimento da economia.

A ajuda financeira aos Estados poderá vir, como já admitiu o próprio ministro da Economia, Paulo Guedes, de uma parcela da receita que será obtida com o megaleilão do excedente dos campos de petróleo da cessão onerosa para a Petrobras. Mas será um erro grave do governo federal liberar os recursos sem que os governadores se comprometam com a execução de programas de ajuste das contas estaduais.

Orçamento

Até esta sexta-feira, o governo deverá divulgar a programação orçamentária e financeira do Tesouro neste ano. É muito provável que seja reduzida a receita da União prevista para 2019, com a exclusão de R\$ 12,2 bilhões que seriam obtidos com a renovação das concessões de usinas hidrelétricas pertencentes à Eletrobras.

Em entrevista à GloboNews na terça-feira à noite, **o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque**, disse que o processo de privatização da Eletrobras só será concluído no primeiro semestre de 2020. Segundo ele, o ano de 2019 será usado para concluir a tramitação do projeto de lei no Congresso. Os novos contratos de concessão só serão possíveis com a privatização da estatal.

Além de reduzir a receita, o governo poderá ter que diminuir a despesa. Alguns gastos estão claramente superestimados. A despesa com benefícios previdenciários neste ano, por exemplo, foi projetada em R\$ 637,8 bilhões, um aumento de 9% em relação ao gasto no ano passado - crescimento que é o dobro da meta de inflação deste ano.

A despesa com abono salarial e o seguro-desemprego foi estimada em R\$ 59,8 bilhões neste ano, um aumento de 12% em relação ao gasto do ano passado. A mesma coisa acontece com a despesa projetada com subsídios e subvenções, que terá um crescimento previsto de 14% neste ano.

O problema é que a redução da despesa abre espaço no teto de gastos, que os aliados políticos do governo poderão ser tentados a preencher.

Ribamar Oliveira é repórter especial e escreve às quintas-feiras

E-mail: ribamar.oliveira@valor.com.br

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 14/02/2019

Seção: Política

Autor: André Ramalho | Do Rio

Título: Contratos da Petrobras terão que passar por pente-fino

Ao determinar que a Petrobras reveja todos os seus contratos de patrocínio, o presidente Jair Bolsonaro lançou dúvidas sobre a continuidade de uma série de projetos socioambientais financiados pela estatal. A interferência direta do presidente no pedido para que a petroleira passe o pente-fino nos contratos alimenta incertezas sobre o futuro de ONGs da área de meio ambiente e que trabalham com comunidades quilombolas, indígenas e a assentamentos de reforma agrária - temas sensíveis ao presidente, que assume um discurso hostil a essas pautas.

A Petrobras informou que se concentrará a partir de agora em patrocínios à ciência e tecnologia e educação, principalmente infantil. Com isso, fica a dúvida sobre qual será o destino dos projetos culturais e de meio ambiente. Em dezembro, a empresa concluiu uma chamada pública para contratar 68 projetos socioambientais que receberiam investimentos de R\$ 180 milhões, mas os contratos ainda não foram assinados.

Uma fonte de uma das ONGs selecionadas conta que o processo de contratação vinha ocorrendo normalmente e que a Petrobras chegou a solicitar os primeiros documentos necessários para a assinatura do contrato. A organização teme, contudo, que o processo seja interrompido.

"A gente torce para que a Petrobras dê continuidade ao projeto, que passou por uma seleção pública criteriosa, com mais de 1,6 mil projetos inscritos, mas a

gente teme hoje que o contrato possa não ser efetivado", disse a fonte, sob condição de anonimato.

Os 68 projetos selecionados envolvem tanto ONGs locais como internacionais. A lista de projetos é bastante heterogênea: inclui, por exemplo, projetos sociais de esporte e inclusão digital, de educação socioambiental em assentamentos da reforma agrária, gestão ambiental em comunidades quilombolas e de conservação de terras indígenas.

Não está claro ainda se a Petrobras interromperá ou não os patrocínios atuais. Fica a dúvida também sobre o grau de ingerência do presidente na escolha dos projetos. Os discursos de Bolsonaro, seja como candidato, seja como presidente, foram muitas vezes hostis a ONGs ambientais, quando disse, durante a campanha, que pretendia acabar com o "ativismo ambiental xiita". O presidente também já se disse favorável à exploração de reservas indígenas, afirmou que "quilombolas não servem nem para procriar" e, já como presidente, anunciou a paralisação dos processos de reforma agrária no país.

Ao anunciar a medida em sua conta pessoal no Twitter, ontem, Bolsonaro disse que ele próprio determinou que a Petrobras revisse seus patrocínios. E alegou que a medida é para dar "maior transparência e melhor empregabilidade do dinheiro público".

A área de publicidade e de patrocínios da Petrobras já foi alvo de suspeitas de irregularidades. Em 2016, a estatal chegou a abrir investigações internas para apurar denúncias de uma suposta "farra de ingressos" de camarotes no carnaval baiano para funcionários e políticos, durante os governos PT. Depoimentos em comissões internas de investigação teriam revelado que, em 2008, o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva chegou a pedir diretamente ao, à época, diretor Paulo Roberto Costa, que destinasse R\$ 1 milhão para cada uma das 12 escolas de samba do Rio, ultrapassando os limites de investimentos da estatal.

Questionada se manterá projetos culturais e ambientais e se efetivará ou não a contratação das iniciativas selecionadas, a Petrobras disse que "está revisando sua política de patrocínios, em alinhamento ao novo posicionamento de marca da empresa" e que os "contratos atualmente em vigor estão com seus desembolsos em dia".

A Petrobras já vinha reduzindo seus patrocínios. O investimento em cultura e esporte, por exemplo, caiu dos R\$ 225 milhões em 2015, para R\$ 82 milhões em 2017 (os números de 2018 ainda não foram divulgados). Já os investimentos socioambientais caíram dos R\$ 270 milhões em 2015, para R\$ 60 milhões em 2017.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 14/02/2019****Seção: Empresas****Autor: Graziella Valenti e Juliana Schincariol | De São Paulo e do Rio****Título: CVM investiga administradores da Vale sobre barragem em Brumadinho**

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) vai averiguar a conduta individual de Fabio Schvartsman, dos demais diretores estatutários da empresa, e dos 12 conselheiros da Vale na tragédia de Brumadinho. O caso vai desbravar fronteiras inéditas no direito societário brasileiro. A autarquia começou a investigação na segunda-feira, 28 de janeiro, três dias após o desastre.

Só depois de investigar profundamente, a xerife do mercado vai decidir se há acusação a ser feita e sobre quais administradores. O trabalho será profundo e longo. De forma simplificada, o que a autarquia vai avaliar é se os executivos e conselheiros foram diligentes - não após a catástrofe, e sim antes. Sobre a conduta posterior, há um acompanhamento a respeito da divulgação das informações.

É a primeira vez que um possível crime ambiental, ainda em investigação pelo Ministério Público Federal (MPF), dará origem também a um processo na CVM sobre os administradores, como pessoas físicas. A autarquia já tem jurisprudência sobre responsabilidade de administradores. Os casos mais emblemáticos foram os de Sadia e Aracruz, quando os diretores financeiros de cada uma das companhias praticamente quebraram as empresas com aplicações em derivativos cambiais de risco. À luz de delações premiadas, também há investigações sobre administradores da Petrobras e da JBS.

A primeira medida da CVM foi solicitar à Vale documentos ligados ao caso, das investigações internas aos processos, de acordo com documentos obtidos pelo **Valor**.

A Vale tem se esforçado para ressaltar cuidados, iniciativas e investimentos que vinham ocorrendo antes de Brumadinho. Para desativar todas as barragens com o modelo de construção igual ao da que se rompeu, a empresa acelerou um plano que já existia. Os executivos só estão se manifestando sobre o assunto em entrevistas coletivas.

Se a investigação resultar em acusações, serão as primeiras para administradores após a Lei 13.506, que ampliou as penas da CVM. A adoção das

novos valores ainda não foi regulada, mas como os eventos são posteriores à lei, eles podem ser aplicados. Na minuta da regra que tratará do assunto, a pena base para descumprimento dos deveres fiduciários de gestores de empresas abertas e fundos de investimento é de R\$ 20 milhões - valor que pode sofrer alteração conforme atenuantes ou agravantes que surgirem nas investigações. A CVM também pode inabilitar a atuação no mercado por um prazo que foi ampliado de cinco para até 20 anos. E agora pode aplicar mais de uma pena a uma mesma infração, ou seja, inabilitar e cobrar multa de um mesmo acusado. Antes, isso não era possível.

Nas atribuições do regulador do mercado brasileiro, a necessidade de investigação do caso da Vale não se deve, isoladamente, ao desastre ambiental e social, ou mesmo às vidas perdidas. O que torna especialmente a catástrofe uma matéria da CVM são os prejuízos associados a ela, e que trazem impacto à companhia, sua função social, e a todos os seus acionistas e credores. Não compete à CVM investigar crimes ambientais, mas o percurso do MPF nas investigações devem ser semelhantes.

Os prejuízos da Vale ainda são incalculáveis. As avaliações dos analistas de ações e de crédito do Itaú BBA são as mais detalhadas e, por isso, estão entre as mais pessimistas. O banco estima que a perda com Brumadinho pode alcançar R\$ 17 bilhões, sem considerar impactos severos em paralisações. Os especialistas da casa calculam que a dívida bruta da companhia poderá aumentar de R\$ 67,3 bilhões para R\$ 107 bilhões, considerando esse valor para indenizações mais os investimentos adicionais em barragens e até o custo de acordos com as ações de classe que já se multiplicam nos Estados Unidos.

Na B3, a Vale acumula desvalorização de quase R\$ 57 bilhões - de R\$ 296,7 bilhões para R\$ 240 bilhões. A frase mais escrita nos relatórios de analistas é a perda de visibilidade sobre qual valor da companhia após os acontecimentos.

Analistas do Itaú estimam que dívida bruta da companhia pode subir de R\$ 67 bilhões para R\$ 107 bilhões

O **Valor** apurou que o trabalho da CVM ocorrerá na esteira das investigações do Ministério Público (MPF) e da Polícia Federal (PF), que possuem maior alcance e poder na busca por informações. A expectativa é que se aguarde também a conclusão da investigação interna, assessorada por um comitê solicitado e estruturado pelo conselho de administração.

MPF e PF, contudo, podem investigar qualquer profissional da Vale. Já à CVM compete a avaliação da conduta apenas de diretores executivos estatutários e dos conselheiros - definidos pela Lei das Sociedades por Ações como "administradores". O estatuto social da Vale prevê de seis a 11 membros na diretoria. Além de Schvartsman, o site da companhia, sem definir se todos são estatutários ou quais são, lista cinco diretorias-executivas, uma de estratégia, uma de recursos humanos e mais um cargo de consultor geral.

A lei protege o administrador dos erros na gestão dos negócios desde que ele não tenha faltado com seus deveres de diligência, ou seja, que tenha tomado decisões de maneira informada, refletida e sem conflito de interesses. Aplicar na prática à tragédia de Brumadinho é que será o difícil, na visão de especialistas e ex-diretores da CVM. Mas os especialistas reforçam que o rompimento da barragem da Samarco, joint-venture da Vale com a anglo-australiana BHP, reduziu muito o espaço para erros na gestão de risco.

O assunto está deixando os gestores de companhias abertas todos atentos. A autarquia vai verificar o cumprimento dos artigos 153, 154 e 158 pelos administradores. Por eles, fica estabelecido que os gestores de uma companhia aberta precisam atuar com diligência e pelo interesse da companhia, mas "satisfeitas as exigências do bem público e da função social da empresa". Além disso, a lei determina que os administradores não podem negligenciar esforços para descobrir ilícitos de outros pares. Os parâmetros de conduta são estabelecidos na legislação e a CVM vai avaliar os fatos relacionados a cada um dos administradores.

Até o momento, o conselho de administração não viu razão para acusar a diretoria executiva e propor à assembleia de acionistas avaliar uma ação de responsabilidade - como é possível e, inclusive, chegou a ocorrer no caso de Aracruz sobre o diretor financeiro. Na mineradora, os conselheiros decidiram conduzir suas próprias averiguações, com auxílio de empresas especializadas e a contratação de membros independentes.

Na visão de um especialista, a escolha por apurar os fatos já indica que não há percepção prévia de omissão. E é justamente isso que tornará o trabalho da CVM muito mais complexo. "Como julgar a suficiência das iniciativas e controles dos administradores em tema tão técnico? A ocorrência do acidente não pode, por si, ser considerada uma prova de infrações."

Além de avaliar o cuidado dos administradores com o tema, ficará para a CVM analisar o fluxo de informações. Diversas notícias surgiram com informações sobre laudos e alertas que representantes da Vale teriam conhecimento.

O regulador verificará se as informações chegaram ou não aos administradores, quais foram as providências ou se houve negligência. Há a opção de os administradores terem sido incorretamente informados ou até mesmo enganados. "O difícil, muito difícil, será avaliar, fazer o julgamento dessas respostas", disse um ex-diretor.

A atual jurisprudência da CVM aponta que os administradores da Vale deveriam desconfiar do laudo apenas se tivessem motivo para isso, caso verificassem que um documento foi mal feito ou pouco fundamentado. Caso contrário, se não houver nenhum sinal de alerta que identifique a necessidade de uma segunda opinião, o administrador tem o direito de confiar na informação técnica recebida. "Um executivo tem que tomar decisões complicadas em pouco tempo. Ele precisa confiar na opinião do especialista", disse um advogado.

Além dos administradores, a expectativa é que a CVM investigue se a companhia deve ser acusada, em uma outra frente de ação. Para um ex-diretor da CVM, isso pode ocorrer se alguma informação falsa tenha sido usada, como ocorreu em um processo envolvendo o banco Panamericano (atual Banco Pan).

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 14/02/2019

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Rocha | De São Paulo

Título: Tragédia não é caso isolado em mineração, diz ONG

A Responsible Mining Foundation (RMF), organização não governamental sediada na Suíça que avalia a responsabilidade mineral das principais companhias do setor, afirmou que o rompimento da barragem de rejeitos da Vale em Brumadinho (MG) não é um caso isolado no setor. Para a entidade, o gerenciamento de rejeitos é um problema de toda a indústria e as falhas nas barragens estão ocorrendo em uma taxa previsível.

A ONG justifica essa visão com o levantamento feito pela World Mine Tailings Failures, base de dados que reúne desastres envolvendo barragens desde 1915. As projeções dessa base de dados apontavam possíveis 14 falhas graves em barragens de mineração nesta década, das quais 11 já ocorreram.

Em abril de 2018, a RMF publicou um índice com 30 grandes mineradoras - responsáveis por 25% da produção mundial - que obtiveram uma avaliação média de 22% na capacidade de rastreamento, revisão e atuação para melhorar o gerenciamento dos rejeitos.

"Com as melhores reservas de metais e minerais em declínio, a indústria de mineração começou a extrair mais minérios de baixo teor. O volume e a natureza dos rejeitos produzidos por essas operações os tornam muito mais difíceis de serem armazenados com segurança, aumentando significativamente o risco de mais falhas nas barragens de rejeitos", afirmou o comunicado publicado pela organização nesta semana.

A RMF lembra ainda que as margens menores dessas operações pressionam economias de custo que podem comprometer investimentos em segurança das barragens de rejeitos.

"Trabalhadores, comunidades afetadas pela mineração, governos e investidores geralmente desconhecem os riscos envolvidos e como as empresas estão lidando com eles", apontou a ONG.

A instituição defende, além da adoção de medidas para garantir um maior gerenciamento de risco das empresas, a criação de um banco de dados internacional de barragens de rejeitos.

O índice da RMF apontou em 2018 que, comparada aos seus pares, a Vale tinha notas baixas em relacionamento com a comunidade e responsabilidade ambiental.

Em uma escala crescente que varia de 0 a 1, a Vale recebeu 0,197 em bem-estar da comunidade e 0,391 em responsabilidade ambiental. No quesito comunidade, a companhia é a 16ª de 30 empresas. No aspecto ambiental, a Vale é a 12ª.

Nos indicadores restantes, a companhia brasileira recebe nota 0,555 em desenvolvimento econômico (2ª posição); 0,504 em conduta de negócios (13ª); 0,324 em gestão do ciclo de vida (7ª); e 0,575 em condições de trabalho (12ª).

Dentro da avaliação geral, a ONG afirma que as mineradoras têm bom desempenho nos critérios econômicos, mas deixam a desejar na efetividade de medidas ambientais e sociais.

Ontem, o secretário especial de Desestatização e Desinvestimento do Ministério da Economia, Salim Mattar, disse que o modelo de privatização da Vale tem equívocos e precisa ser refeito. "Nós estamos aqui pra reprivatizar a Vale", afirmou, durante palestra em seminário realizado em Brasília.

Segundo ele, a mineradora não foi privatizada de fato, pois é controlada por fundos de pensão ligados a estatais. "A Vale é uma fantástica companhia, segunda maior mineradora do mundo, estava prestes a se transformar na número um. Listada na bolsa no Brasil e em Nova York. Aconteceu um desastre e aí veio à tona muita coisa."

Para Mattar, é natural que, num período de tempo de cerca de três anos, as ações da companhia sejam vendidas pelos fundos. Contudo, avaliou que a venda das ações da Vale pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), por exemplo, não acontecerá agora e pode demorar até três anos. **(Colaboraram Ana Krüger e Carla Araújo, de Brasília)**

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 14/02/2019

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia e Rita Azevedo | De São Paulo

Título: WEG aposta no mercado de baterias para armazenamento

A aquisição de um negócio de sistemas de armazenamento de energia nos Estados Unidos marca a aposta da WEG no crescimento exponencial dessa tecnologia no Brasil e no mundo nos próximos anos. "Pesquisas indicam que a partir de 2021 esse mercado deverá ter crescimento muito significativo nos Estados Unidos", disse Manfred Peter Johann, diretor superintendente da WEG Automação, unidade na qual o novo segmento está inserido.

No Brasil, por enquanto, existem apenas projetos de pesquisa e desenvolvimento (P&D). "Ainda deve demorar um pouco para que o negócio tenha larga escala aqui. Mas, estamos nos antecipando para, no momento certo, estarmos preparados para isso, já iniciando com um negócio lá fora, onde haverá mercado mais rapidamente", completou.

A WEG anunciou ontem a aquisição do negócio de armazenamento em baterias da Northern Power Systems (NPS), que projeta, desenvolve e fabrica sistemas de baterias para energia em Vermont, nos Estados Unidos.

Os ativos adquiridos fabricam os sistemas de armazenamento de energia e todos os seus componentes, como inversores, com exceção da bateria em si, que será importada e integrada ao sistema.

Nos Estados Unidos, o foco da WEG será em projetos de "utility scale", ou seja, negócios com grandes empresas do setor de energia. "O principal uso hoje é a instalação de sistemas de armazenamento de energia ao lado de subestações existentes", disse Johann. Com isso, será possível carregar as baterias nos horários de menor carga, e descarregá-las durante o pico, reforçando a rede

sem necessidade de ampliar a estrutura. Nesses negócios, os clientes da WEG serão as distribuidoras de energia.

A companhia já vendeu um projeto para uma subestação em uma cidade em Vermont, com capacidade de armazenamento de 5,3 megawatts (MW). No Brasil, considerando os padrões de consumo do país, essa bateria poderia atender a demanda de cerca de 50 mil unidades consumidoras por meia hora. A duração da carga depende do tamanho da bateria e da potência que será instalada.

A expectativa é que, com o tempo, o desenvolvimento da tecnologia vá baratear o custo das baterias, hoje ainda muito elevado. Um investimento em baterias para uso em empreendimentos comerciais, por exemplo, ainda tem retorno muito longo em relação a outras soluções, como geração solar distribuída.

"A tendência é que o custo das baterias baixe, puxado em boa parte pela massificação da utilização em mobilidade elétrica", disse. Como a indústria automotiva está investindo pesado para reduzir custos e aumentar autonomia dos veículos elétricos, as baterias com uso em armazenamento também devem ter maior durabilidade e preço menor.

Esse não é o primeiro negócio da WEG com a NPS. Em 2013, as empresas firmaram uma parceria tecnológica para soluções de turbinas eólicas. Em 2016, a WEG comprou o negócio de turbinas eólicas de grande porte da NPS e ampliou seu portfólio. Segundo Johann, como a americana já tem tradição forte na geração eólica nos Estados Unidos, há vários clientes já na carteira da companhia que poderão ser acessados para negócios com baterias.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 14/02/2019

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Itaú eleva uso de energia solar em agências em MG

O Itaú Unibanco pretende concluir no meio do ano um projeto de geração distribuída a energia solar para o atendimento de 200 agências bancárias do grupo em Minas Gerais, com capacidade de 5 megawatts (MW). O projeto foi desenhado pela GD Solar, empresa que venceu concorrência feita pelo banco, e consiste na utilização de uma usina solar fotovoltaica, para geração e injeção de energia na rede de distribuição da elétrica mineira Cemig.

A primeira etapa do projeto teve início em dezembro, com capacidade de 1 MW, o suficiente para abastecer 900 casas ou atender a 20% do consumo das 200 agências do banco. Neste mês, a capacidade aumentou para 2 MW, passando a atender, então, 40% do consumo dessas agências.

Na prática, a energia produzida pela usina e injetada na rede da Cemig é abatida do consumo de energia elétrica das 200 agências, localizadas em 133 municípios mineiros. O valor do projeto não é revelado. Na prática, o Itaú Unibanco paga uma quantia à GD Solar pelo projeto. A usina atual pertence à Green Yellow.

Segundo Francisco Vieira, diretor do Itaú Unibanco, a iniciativa tem duas finalidades: a primeira é atender ao compromisso do banco com a sustentabilidade. A segunda é dar mais previsibilidade aos custos de energia de suas instalações. "Com a contratação do serviço de GD [geração distribuída], temos uma previsibilidade [de custo], e não estamos sujeitos a oscilações tarifárias", afirmou o diretor, ressaltando que o banco é a primeira instituição financeira do país a adotar esse tipo de iniciativa.

Até 2020, o Itaú Unibanco prevê expandir a iniciativa para outras regiões de Minas Gerais e também para os Estados do Rio de Janeiro e São Paulo. Os três Estados concentram praticamente metade de todas as agências bancárias do grupo no país.

De acordo com Vieira, o projeto de geração distribuída está dentro de um guarda-chuva de ações de sustentabilidade em curso pelo banco e alinhadas com a contribuição brasileira para o Acordo de Paris, que visa reduzir emissões de gases de efeito estufa no contexto do desenvolvimento sustentável. Entre os principais pontos da contribuição brasileira estão a redução das emissões em 37% abaixo dos níveis de 2005, em 2025, e de 43% abaixo dos níveis de 2005, em 2030. Na área de energia, a principal meta é garantir a participação de 45% de fontes renováveis na matriz energética do país.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 14/02/2019

Seção: Empresas

Autor: Juliana Schincariol | Do Rio

Título: CVM faz acordo em casos da Braskem e Usiminas

O Colegiado da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aceitou fechar termos de compromisso com executivos em processos sancionadores relacionados à Braskem e Usiminas, em um total de R\$ 500 mil. Os casos são distintos, mas

ambos referem-se à divulgação de informações ao mercado, com base em infrações à instrução 358 do regulador. Com isso, foram encerrados, e não há assunção de culpa.

No caso da Usiminas, o acordo foi feito com o diretor de relações com investidores, Ronald Seckelmann, que pagará R\$ 300 mil. O processo foi aberto com objetivo de analisar a divulgação pela Usiminas após a imprensa ter publicado informações sobre o lucro líquido e o Ebitda (sigla em inglês para lucro antes do juros, impostos, depreciação e amortização), em abril de 2017, antes da divulgação dos resultados do primeiro trimestre daquele ano.

As informações foram noticiadas por duas publicações diferentes. E a companhia divulgou dois fatos relevantes distintos ao mercado somente após ter sido questionada pela B3 e pela Superintendência de Relações com Empresas (SEP) da CVM.

Para a área técnica da autarquia, quando há perda do controle da informação, os participantes do mercado passam a negociar os valores mobiliários em "situação de assimetria de informação". Assim, nesses casos, a obrigação de divulgação imediata das informações sobre os rumores visa mitigar dano já causado.

O valor inicialmente proposto pelo diretor foi de R\$ 200 mil - equivalente ao montante pago por ele em acordo referente a outro processo, em 2018. O precedente foi considerado pelo comitê de termo de compromisso para elevar o valor para R\$ 300 mil, o que foi aceito pelo executivo. Com isso o comitê entendeu que a proposta era "tida como suficiente para desestimular a prática de atitudes assemelhadas".

No caso da Braskem, o acordo foi feito com o ex-diretor de relações com investidores Mario Augusto da Silva que irá pagar R\$ 200 mil, após negociação com o regulador. O valor inicialmente proposto foi de R\$ 110 mil. Ele havia sido acusado pela divulgação inadequada ao mercado sobre a 14ª fase da Operação Lava-Jato, que envolveu a empresa.

Em 19 de junho de 2015, os principais veículos de comunicação do país noticiaram, antes da abertura do pregão, que a Polícia Federal havia detido cautelarmente o então presidente do conselho de administração da Braskem e outras pessoas relacionadas ao grupo Odebrecht. Também cumpriria mandados de busca e apreensão em diversas cidades do país. A notícia pesou sobre as ações da Braskem.

Silva foi questionado pela área técnica da CVM, que em resposta divulgou dois comunicados. Segundo o regulador, companhia tomou ciência formal da prisão

do então presidente de seu conselho às 15h36 daquele dia, mas não mencionou o fato nos documentos. Para a SEP, os deveres de publicidade do diretor de relações com investidores não podem ser considerados atendidos por divulgações na mídia, e não afasta a obrigação de divulgá-la. Também destacou que não é preciso que uma companhia tenha um conhecimento consolidado para que um evento passe a ser relevante.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 14/02/2019

Seção: Agronegócio

Autor: Camila Souza Ramos | De São Paulo

Título: Etanol de milho avança

Enquanto a colheita de cana está suspensa para que as usinas realizem manutenções sazonais normais na entressafra, a produção de etanol a partir do processamento de milho está a todo vapor. Em janeiro, as indústrias que produzem o biocombustível acrescentaram à oferta nacional quase 100 milhões de litros, volume que superou a produção marginal de etanol de cana das poucas usinas de cana em operação.

Na segunda quinzena de janeiro, foram produzidos 50,8 milhões de litros de etanol de milho - igual ao produzido a partir da cana -, ou 60% da produção total do biocombustível na região Centro-Sul do país, conforme o último relatório da União das Indústrias de Cana-de-Açúcar (Unica). Na primeira quinzena, o etanol de milho respondeu por 65% da produção, somando 45,82 milhões de litros.

De acordo com a Unica, oito unidades de produção de etanol de milho estavam em operação na segunda metade de janeiro. Das unidades em operação atualmente, apenas uma produz etanol exclusivamente a partir do milho - as demais utilizam o grão enquanto não operam com a cana.

A oferta adicional de etanol das indústrias que usam o grão como matéria-prima ocorre em um momento em que a disponibilidade do biocombustível é recorde no Centro-Sul - assim como a demanda. A produção de etanol de milho, no entanto, está concentrada no Centro-Oeste, próxima da produção da matéria-prima.

As compras de milho dessas indústrias devem ser um dos direcionadores da demanda interna de milho nesta temporada 2018/19, conforme destacou a Conab no relatório de safra que divulgou na terça-feira. A estatal manteve sua estimativa para o consumo interno em 62,5 milhões de toneladas, 4,4% mais que na safra passada. Segundo a Conab, parte desse avanço será puxada pela demanda para a produção de etanol de milho.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data:** 14/02/2019**Seção:** Agronegócio**Autor:****Título:** Leilão de Biodiesel

No último leilão de biodiesel da ANP, realizado na segunda-feira, o preço médio do combustível caiu 11,4% em relação ao leilão de dezembro, para R\$ 2,33 por litro. Trata-se do menor valor dos últimos 18 meses. Conforme o **Ministério de Minas e Energia**, foram vendidos 977 milhões de litros para abastecimento do mercado entre março e abril. A estimativa é que o diesel B10, com a mistura obrigatória de 10% de biodiesel, seja vendido 3 centavos mais barato nos postos do país por causa da queda de preço no leilão.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data:** 14/02/2019**Seção:** Finanças**Autor:** Graziella Valenti | De São Paulo**Título:** Vale é vetada por gestora Robeco após desastre de Brumadinho

A Vale entrou na lista de ativos proibidos da gestora de recursos Robeco, com sede na Holanda e detentora de mais de € 170 bilhões em ativos, após o rompimento da barragem em Brumadinho (MG). A decisão foi divulgada ontem. É a primeira companhia brasileira a ser excluída pela casa holandesa, uma das principais em políticas de investimento comprometidas com questões ambientais, sociais e de governança, conhecidas pela sigla em inglês ESG ("environmental, social and governance").

De acordo com sua estratégia ESG, a Robeco veda a aplicação em 44 companhias em todo o mundo - ações, derivativos e dívidas - e em títulos públicos de 15 países. O nome oficial do documento é "lista de exclusão", porque significa tirar o ativo do portfólio. O prazo entre a decisão e sua execução é de três meses.

Após o rompimento de barragem no Complexo do Feijão, em 25 de janeiro, a Vale acumula perda de quase R\$ 56 bilhões em seu valor de mercado na B3 - queda de 19% no preço das ações. A empresa fechou o pregão de ontem avaliada em pouco mais de R\$ 240 bilhões - comparado aos R\$ 296,7 bilhões da véspera da tragédia.

Devido sua tradição e experiência no assunto, desde 1999, a RobecoSam, braço independente da gestora que atua como agência de avaliação de riscos, é quem desenvolve e aplica a metodologia do índice de sustentabilidade de Bolsa de Nova York (Nyse), o Dow Jones Sustainability Index, em parceria com a S&P. Na revisão de outubro da versão global do indicador, constam sete companhias brasileiras e a Vale não está entre elas. Nenhuma das duas principais "blue chips" do mercado brasileiro, a Petrobras e a mineradora, integram atualmente o DJSI World.

Aqui no Brasil, desde terça-feira, dia 12, a B3 excluiu a Vale da composição do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE). Diferentemente da Europa, a indústria nacional de fundos ESG ainda é muito pouco desenvolvida e o patrimônio somado em carteiras de ações classificadas nessa categoria é de R\$ 420 milhões.

A exclusão pela Robeco deve-se ao fato de a companhia ser considerada com "comportamento controverso". Apenas 2 das 44 companhias proibidas tem essa justificativa - a outra além da Vale é a indiana Oil and Natural Gas Corporation (ONGC).

Para este quesito, a Robeco usa nas avaliações próprias de comportamento de companhia os parâmetros do Pacto Global das Nações Unidas (UNG). Caso a companhia não promova mudanças num período de três anos, sofre o bloqueio da gestora. Antes de Brumadinho, em 2015, houve o rompimento da barragem do Fundão, em Mariana (MG), da Samarco, uma joint venture entre a Vale e anglo-australiana BHP.

Desde a catástrofe com a Samarco, a Robeco vinha trabalhando com a Vale, por três anos, para entender os procedimentos da empresa. No fim do ano passado, a mineradora brasileira promoveu diversos encontros com fundos europeus de ESG.

Logo após o rompimento da barragem de Brumadinho, neste ano, a Vale recebeu a pior classificação de nível de controvérsia, em uma escala de zero (melhor) a cinco (pior), pela agência de avaliação ESG Sustainalytics. Segundo a agência, apenas 8 entre 220 mineradoras avaliadas por eles são categoria 5. Com o evento deste ano, a Vale ficou com classificação pior que a da BHP. Ambas se tornaram nível 4 em 2015, após Mariana.

A lista da gestora holandesa tem ainda 12 empresas proibidas devido a produtos considerados controversos e mais 30 fabricantes de cigarros e tabaco e suas respectivas holdings.

Fundada em 1929, a Robeco investe nas chamadas "economias emergentes" desde 1930. Contudo, os fundos da gestora holandesa se tornaram acessíveis para investidores brasileiros apenas em julho do ano passado, após um acordo exclusivo com a plataforma do BTG Pactual.

A casa de investimento da Holanda também integrou uma iniciativa no fim de janeiro, junto com diversos outros gestores internacionais, num grupo que reúne um total de US\$ 1,3 trilhão em ativos sob gestão, para promover a criação de um sistema de classificação independente para medir a segurança de companhias mineradoras do mundo inteiro.

Esse grupo conta com outra holandesa, a APG, os fundos da Church of England, o New Zealand Super Fund, o grupo de fundos de pensão do Reino Unido (UK LGPS Central) e a canadense BMO Global Asset Management. "A iniciativa vem na esteira dos danos da Vale em Brumadinho, no Brasil, e da trágica perda de vidas e meios de subsistência, assim como do devastador impacto ambiental", diz o comunicado público do grupo.

A proposta é que, por meio deste sistema, sejam realizadas auditorias anuais nessas empresas com relatórios e dados públicos que possam ser acessados pelos governos, pela sociedade civil e por investidores. O objetivo é medir a capacidade de danos das mineradoras e verificar se estão adotando o mais alto nível de medidas de segurança correspondentes aos riscos. O grupo ressalta que uma recomendação semelhante, porém não idêntica, foi feita pelo Conselho Internacional de Mineradoras e Metais (ICMM) em 2016.

Na tentativa de fazer a iniciativa avançar, os fundos reunidos vão promover um encontro com especialistas da indústria e os maiores investidores do setor, em Londres. Ainda não há uma data divulgada para o debate.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 14/02/2019

Seção: Finanças

Autor: Juliana Machado | De São Paulo

Título: Vale e Petrobras aliviam pressão de bancos na bolsa

O Ibovespa teve uma sessão marcada por verdadeira instabilidade. Em dia de vencimento de opções sobre o índice, os investidores que apostam contra e a favor da bolsa travaram uma queda de braço nos preços, o que fez o índice tentar uma aproximação dos 97 mil pontos e voltar aos 95 mil pontos em uma única sessão.

No fim, o Ibovespa caiu 0,34%, aos 95.842 pontos. Ao longo do pregão, o índice chegou a recuar 0,81%, aos 95.389 pontos. Na máxima, atingida pela manhã, o

Ibovespa subiu 0,66%, aos 96.804 pontos. O giro totalizou expressivos R\$ 15,4 bilhões, em um movimento que ganhou tração justamente após as 15h, horário em que os preços do exercício de opções são definidos.

A disputa entre os que apostam a favor e contra a bolsa cresceu nos papéis do setor bancário porque, por serem líquidos, eles ajudam os investidores a balizar o Ibovespa e colocá-lo no patamar mais adequado a cada posição montada na renda variável. Entre os destaques, a ação do Itaú Unibanco caiu 2,28%.

"Os vendidos [que apostam na queda] tentam 'travar' o índice e impedir maiores baixas, enquanto os comprados [que apostam na alta] querem trazer o preço mais para cima. É uma dinâmica que existe sempre na bolsa, mas costuma crescer em dias de vencimento para que o investidor possa conseguir exercer suas opções", diz um operador.

Já as empresas mais ligadas ao ambiente internacional ajudaram o Ibovespa a não aprofundar as baixas. No caso da Vale e da Petrobras, por exemplo, houve ganho de tração depois da abertura positiva das bolsas americanas, que deu fôlego à negociação de ativos de renda variável globalmente e garantiu fluxo aos emergentes.

A Vale subiu 2,69%. A Petrobras ON ganhou 2,37%, enquanto a PN avançou 1,28%. No caso da petroleira, o fato de a ON, preferida no geral pelos investidores estrangeiros, ter subido mais do que a PN, muito negociada por fundos locais, é um indício do efeito que o exterior teve no mercado local.

Já em relação à Vale, os investidores também operam as ações de olho no nível de desconto do papel, sobretudo após as intensas perdas das duas últimas semanas. A ação tem tentado respeitar os fundamentos da companhia e encontrar um ponto de equilíbrio, depois de sucessivas quedas por causa do rompimento da barragem da empresa em Brumadinho (MG). Os investidores ponderam, de um lado, a capacidade produtiva da mineradora e, de outro, os efeitos da tragédia para as operações da empresa.

Outro pano de fundo dos negócios é a expectativa quanto à reforma da Previdência. Relatos nas mesas de operação mostram que os investidores seguem confiantes de que a reforma sairá, mas ainda há dúvidas de qual será a idade mínima para a aposentadoria. A saída do presidente do hospital ontem esquentou o debate e mantém o tema como prioridade das agendas.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 14/02/2019****Seção: Legislação & Tributos****Autor: Tiago Andrade Lima****Título: Barragem de rejeitos ou de resíduos?**

O questionamento constante no título, para o público em geral, pode parecer sem sentido ou, no mínimo, sem qualquer efeito prático. Em tempos de críticas severas à fiscalização pelos órgãos ambientais licenciadores, à legislação brasileira sobre segurança de barragens e, até mesmo ao estado físico dos rejeitos, propõe-se trazer uma discussão que, aparentemente, pode parecer conceitual, mas que traz profunda reflexão sobre o controle ambiental, o papel do estado e a visão de futuro sobre o licenciamento ambiental das atividades potencialmente poluidoras no país.

Inicialmente, importante entender que a Lei Federal 12.305/2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos no Brasil, trouxe a distinção entre os conceitos de resíduo e de rejeito. De modo resumido, ao resíduo deve ser dada uma destinação final ambientalmente adequada que inclui a reutilização, a compostagem, a recuperação, dentre outros.

Por outro lado, o rejeito, que se apresenta como o tipo de resíduo que não dispõe de alternativa tecnológica disponível e economicamente viável para recuperação, deve ser descartado de maneira ambientalmente adequada. Dessa forma, o rejeito, diferente do resíduo, por ausência de opção mais benéfica ao meio ambiente, deve ser enviado para aterros ou, como no caso, para as, tão mencionadas ultimamente, barragens.

Se não ficar claro o vínculo indissociável da tecnologia com o meio ambiente, criar-se-á um círculo vicioso de novos desastres

Em uma análise rasteira, poder-se-ia entender que o material gerado em Brumadinho, que foi descartado em uma barragem de rejeitos, enquadrar-se-ia nesta última hipótese, restando, ao poder público tão somente determinar ao empreendedor o estabelecimento de políticas de segurança para proteção desses locais. No entanto, por se tratar de um método arcaico, utilizado há décadas, caberia ao estado, na condição de formulador de políticas públicas, estimular a adoção, pelo empreendedor, de novas tecnologias com vistas a

transformar rejeito em resíduo, buscando formas de reaproveitamento desse material.

A título de exemplo, pode-se mencionar o caso dos pneus: Antes do advento da Resolução do Conama 416/2009, que tratou do descarte dos pneus inservíveis, esses resíduos eram descartados a céu aberto ou, quando bem geridos, em aterros apropriados, por não haver alternativa tecnológica para seu reaproveitamento.

A edição da supracitada norma, associada ao exercício do controle ambiental e à responsabilização, pelo descarte ambientalmente adequado, em face dos fabricantes, fez com que se buscassem saídas para dar viabilidade a essa obrigação. Assim, alternativas como a utilização do pneu inservível para a fabricação de material asfáltico e para o aproveitamento na indústria de cimento, em substituição ao coque de petróleo, surgiram, transformando um problema ambiental em um insumo importante para alguns processos produtivos.

Esse exemplo serve para entender que, associada à imprescindível necessidade de fiscalização das barragens, da cobrança por formas mais seguras de descarte, como por exemplo de o rejeito passar por um processo para torná-lo seco, há que se perseguir a evolução da alternativa tecnológica para transformá-lo num insumo.

No caso de Brumadinho, por mais incrível que possa parecer, essa alternativa para reaproveitamento desses pseudo rejeitos já existe. Em 2015, o laboratório da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) desenvolveu uma técnica para transformar esse material em insumo para a atividade da construção civil. Há inclusive casos de edificações erguidas com ele.

Portanto, mostra-se patente que a barragem de resíduos, não de rejeito, não tem a menor razão de existir. Saliente-se, no entanto, que, por esse motivo, não se deve demonizar o empreendedor.

Vive-se num país em que não se estimula a pesquisa e o desenvolvimento de novas tecnologias. Isso, aliado, por exemplo, à alta carga tributária vigente, e ao fato de o controle ambiental se submeter, por vezes, à discricionariedade da análise de um servidor público que trata casos iguais de maneira completamente diferentes, torna o empreendedor prisioneiro do atendimento à risca das restrições e condicionantes ambientais impostas pelo órgão ambiental. Nada mais.

Também não se pode querer culpar o órgão ambiental ou a agência nacional de mineração que exercem suas funções em condições de precariedade, o que os impede de cumprir com dignidade suas finalidades. Os servidores, da mesma forma, sempre em número reduzido, sem qualquer planejamento para priorizar a fiscalização das atividades com grau alto de impacto, e sem condições de fazer as análises com a qualidade e o zelo necessários.

Não se trata, portanto, numa visão de futuro, de se pugnar por maior fiscalização ou ainda por legislação mais severa, mas sim, de buscar a pavimentação de um caminho de uso tecnológico para eliminação ou redução da geração de rejeitos no Brasil.

Mostra-se imperioso fazer a gestão ambiental no Brasil alcançar seu voo de cruzeiro, olhando as atividades poluidoras existentes no Brasil acima das questões do dia a dia, pensando o futuro das grandes cidades e buscando a racionalização da utilização de nossos recursos naturais, de modo a obrigar, nesse caso, o empreendedor a buscar alternativas tecnológicas para o melhor aproveitamento do rejeito ou resíduo gerado em seu processo produtivo, mas, de igual modo, oferecendo condições tributárias e de viabilidade econômica que propiciem o desenvolvimento, inclusive, de novas cadeias produtivas criadas a partir do reaproveitamento desses resíduos.

O desastre de Brumadinho acentuou a necessidade de revisão dos controles de fiscalização e da legislação penal. No entanto, se não ficar claro o vínculo indissociável da tecnologia com o meio ambiente e não se estruturar medidas de gestão de longo prazo, criar-se-á um círculo vicioso de novos desastres associados à perda de credibilidade quanto à segurança do controle ambiental no Brasil por parte de todos os envolvidos.

Tiago Andrade Lima é sócio-titular da área de Direito Ambiental do Queiroz Cavalcanti Advocacia

Este artigo reflete as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico. O jornal não se responsabiliza e nem pode ser responsabilizado pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso dessas informações

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 14/02/2019****Seção: Economia****Autor: Fernanda Nunes / RIO****Título: Petrobrás admite supercampo no ES e vai pagar dívida de R\$ 3,1 bi**

Estatual travou disputa durante cinco anos com a ANP para reconhecer campo; ES alertou agência sobre o caso

Após quase cinco anos de disputa com a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), a Petrobrás concordou em pagar uma dívida de R\$ 3,1 bilhões - R\$ 1,1 bilhão de uma só vez, ainda neste ano, e o restante em 60 vezes. A empresa vai compensar os governos do Estado e municípios capixabas, além da União, pela produção no supercampo Novo Jubarte, que negava existir.

O dinheiro, esperado para abril, deve ajudar o Espírito Santo a fechar a conta da Previdência de 2018. A Petrobrás tratava o reservatório do Novo Jubarte como se fossem sete, sem interligação entre eles. Com isso, conseguia ficar isenta do pagamento de participação especial, uma compensação financeira que incide exclusivamente sobre grandes áreas produtoras.

Em 2013, o governo do Espírito Santo, onde está localizado o reservatório, alertou a agência reguladora, que, no ano seguinte, baixou uma resolução obrigando a empresa a admitir a existência do supercampo e a recolher a participação especial relativa a ele. Iniciou aí a desavença entre a petroleira estatal e a agência reguladora.

O fim dessa novela é esperado para hoje, quando, em audiência pública, as duas partes apresentarão ao mercado os detalhes do acordo que fecharam. No fim do ano passado, Petrobrás e ANP concordaram em unificar cinco áreas - Jubarte, Baleia Azul, Baleia Franca, partes de Cachalote e Pirambu, além de pequenas parcelas de Caxaréu e Mangangá.

Todos são divisões do bloco BC-60, concedido pela União à estatal na chamada rodada zero, antes de começar a leiloar concessões ao mercado. Ainda que o supercampo seja menor do que a ANP gostaria, em volume de produção, perde apenas para o líder nacional, o campo de Lula, localizado no pré-sal da Bacia de Santos.

A Petrobrás estima investimento total de US\$ 8,3 bilhões no Novo Jubarte, que, nos próximos 20 anos, deve gerar R\$ 25,7 bilhões em participação especial (o equivalente a R\$ 18,6 bilhões a valor presente, com desconto de 10% ao ano de inflação), segundo documento da agência reguladora. Plataformas.

Com o fim do impasse com a ANP, a Petrobrás conseguirá estender por 27 anos o prazo da concessão da área, que terminaria em 2029. Desde 2016, as três plataformas instaladas no Parque das Baleias extraíram 541 milhões de barris de petróleo na região. "A operadora espera viabilizar a produção adicional de 665 milhões de barris de óleo, incrementando o fator de recuperação de 14,8% para 22,4%", informa a ANP em relatório.

Uma nova plataforma, com capacidade de 100 mil barris por dia, deve começar a produzir na área em 2022. Procurada, por meio de sua assessoria de imprensa, a direção da Petrobrás não se pronunciou até o fechamento desta edição. Principal beneficiado pelo acordo, o governo do Espírito Santo conta com a entrada em seu caixa de até R\$ 750 milhões em abril deste ano e o restante, cerca de R\$ 500 milhões, em parcelas.

"A ideia não é usar todo recurso com a Previdência. O Estado está com as contas sanadas, mas, sem dúvida, esse dinheiro ajuda a planejar (o pagamento da aposentadoria dos servidores)", afirmou o Procurador Geral do Estado, Rodrigo De Paula. Após a audiência pública de hoje, o acordo deve passar ainda pelo crivo do **Ministério de Minas e Energia** e da Procuradoria Geral da União, processo que deve se estender até o fim de março. Só então será assinado e, após dez dias, a estatal terá que pagar a primeira parcela, de R\$ 1,1 bilhão.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 14/02/2019

Seção: Metrópole

Autor: Leonardo Augusto ESPECIAL PARA O ESTADO BELO HORIZONTE

Título: Brumadinho: MP fará denúncia por homicídio

As investigações sobre o rompimento da barragem da Vale em Brumadinho (MG) avançam para que seja apresentada denúncia por homicídio. "Para mim, está muito claro", afirma o promotor André Sperling, do Ministério Público de Minas. Ele integra a força-tarefa que apura o rompimento da estrutura. Segundo o último relatório dos Bombeiros, até ontem havia 166 mortos e 155 desaparecidos. Sperling observa que a parte criminal das investigações está a cargo da promotoria em Brumadinho, que dará o teor final da denúncia – por crime doloso (intencional) ou culposo.

"O que se sabe é que havia risco acima do padrão aceitável (de rompimento da barragem). Não era algo público. O melhor caminho talvez fosse a evacuação. Há indícios claros de que a Vale sabia que os riscos estavam aumentando", disse. A imputação de homicídio doloso, em que se assume o risco de matar, caberá na hipótese de ficar comprovado que funcionários da empresa tinham

total conhecimento de que a represa poderia ruir, e nada fizeram para retirar as pessoas da área. Caso contrário, haverá acusação de homicídio culposo.

CPIs. A Câmara dos Deputados deve instalar nos próximos dias uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar as causas do rompimento – para tanto, ainda é necessário a leitura da criação e indicação de nomes pelos partidos. Já existe uma CPI no Senado Federal. A Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor do Senado também aprovou ontem um requerimento para convocar o presidente da Vale, Fabio Schvartsman, a prestar esclarecimentos sobre o caso.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 14/02/2019

Seção: Colunas

Autor: Daniela Lima

Título: TIROTEIO

Painel

Se a Vale sabia de riscos que não eliminou, o caso torna-se o pior crime socioambiental e trabalhista do país

De Carlos Rittl, secretário-executivo do Observatório do Clima, sobre o relatório em que a Vale projetou mortes e custos de um colapso

com Thais Arbex e Julia Chaib

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 14/02/2019

Seção: Colunas

Autor: Mônica Bergamo

Título: BANCADA DA LAMA

A CPI que investigará o rompimento da barragem de Brumadinho detonou uma guerra entre parlamentares. A deputada Joice Hasselmann (PSL-SP), autora da proposta de criação da comissão, acusa o que ela chama de “bancada da lama” de querer controlar o colegiado para abafar as investigações.

Lugar ao sol

Já parlamentares que disputam uma vaga na comissão dizem que Hasselmann quer transformá-la em palanque.

A faca e o queijo

A temperatura subiu na quarta (13), quando a CPI foi anunciada. O deputado Fábio Ramalho (MDB-MG) afirmou a Joice que a presidência e a relatoria tinham que ficar com deputados mineiros.

Esquece!

“Esquece, Fabinho”, respondeu a deputada. Em seguida, em um discurso, ela disse: “Eu não vou permitir que essa CPI seja usada para criar dificuldade e vender facilidade”. À coluna, acrescentou: “Por que abancada da lama não quer que uma parlamentar totalmente independente como eu presida a CPI?”

Em casa

Ramalho diz que ele e seu grupo não pretendem “tomar conta da CPI e sim colocar nela pessoas que estão ali (em Minas Gerais) no dia a dia e conhecem a mineração”. Para ele, a tragédia de Brumadinho é um assunto “íntimo, pessoal, que aconteceu dentro da casa da gente [mineiros]”.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 14/02/2019

Seção: Mercado

Autor: Mariana Carneiro

Título: Vale será reprivatizada, afirma secretário de Desestatização

Salim Mattar defende redução de presença dos fundos de pensão na empresa

Secretário especial de Desestatização, Salim Mattar, responsável por tocar a agenda de privatizações de Paulo Guedes (Economia), disse que a Vale será reprivatizada.

“A Vale foi privatizada, certo? Não, a Vale não foi privatizada, a Vale é uma estatal” afirmou. “Fundos de pensão, patrocinados pelo Estado, detêm o controle da Vale. Estamos aqui para privatizar, para reprivatizar a Vale.”

Após a declaração, o secretário foi questionado sobre como pretende privatizar a Vale. Os fundos de pensão são de natureza privada, e os recursos pertencem aos funcionários de estatais para financiar as suas aposentadorias.

“Talvez tenhamos que melhorar o aspecto de desestatização, reduzindo um pouco a presença desses fundos nessas empresas, de forma que as empresas possam ser mais privadas e que não tivessem interferência do governo.” Quando lhe foi perguntado se o governo pretende incentivar a venda de ações

da Vale pelos fundos de pensão, Mattar respondeu: “Não estou dizendo isso, estou dizendo que a sociedade e o governo precisam fazer uma reflexão”.

O BNDESPar, braço de investimentos do banco estatal, também detém ações da Vale e “é natural que essas ações sejam vendidas”.

“Os governos anteriores eram muito estatistas”, disse, enfatizando que os bancos estatais foram orientados no passado a comprar ações de companhias privatizadas.

“Este governo veio para desestatizar. Então é natural que num período de tempo essas ações [do BNDESPar] sejam vendidas sem trazer prejuízo ao pagador de impostos, ao cidadão, então tem que descobrir o ‘timing’ correto para se desfazer dessa carteira.”

As ações da Vale sofreram forte desvalorização em razão do rompimento da barragem em Brumadinho. Mattar defendeu evitar “demonizar” a empresa no caso. Para ele, os responsáveis devem responder no seu CPF, mas a empresa tem de ser preservada para manter empregos e a arrecadação tributária.

“Um ou dois aviões caem por ano e morrem 120, 130 pessoas. Pede-se que a diretoria da empresa caia ou se demoniza a companhia?”, disse. “Em Brumadinho, caíram dois aviões, como seria o tratamento de uma companhia aérea e como estamos tratando a Vale?”, questionou.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 14/02/2019

Seção: Mercado

Autor:

Título: Mineradora retoma operações no porto de Vitória

A Vale assinou acordo com a Prefeitura de Vitória (ES) para a desinterdição do complexo portuário de Tubarão, que já durava quase uma semana, após apresentar garantias de que resolveu problema de emissão de poluentes no mar.

A prefeitura interditara parte do sistema de tratamento de efluentes da Unidade Tubarão, na quinta-feira (7), além de multar a Vale em R\$ 35 milhões devido à emissão de poluentes, o que impactou as atividades de pelotização da companhia no local.

Nas análises de efluentes, havia concentração de carvão, minério e calcário acima do limite, conforme apontou relatório de monitoramento, de acordo com a prefeitura.

“A época de poluir com justificativa econômica acabou”, disse em nota o prefeito de Vitória, Luciano Rezende.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 14/02/2019

Seção: Mercado

Autor:

Título: Governo monta grupo para tratar de revisão de Itaipu

O governo brasileiro anunciou nesta quarta-feira (13) a constituição de um grupo de trabalho que irá preparar estudos para a renegociação do Tratado de Itaipu. Até 2023, Brasil e Paraguai farão a revisão dos termos financeiros do acordo binacional.

O tratado foi assinado entre os países em 1973.

As conversas entre os governos prometem ser duras, e o resultado poderá afetar a conta de luz dos brasileiros e, no extremo, a oferta de energia do país. Como já mostrado pela Folha, especialistas do setor elétrico afirmam que o Brasil hoje está despreparado para o diálogo.

O Paraguai vem se municiando para a negociação.

Contratou a consultoria do economista americano Jeffrey Sachs, da Universidade de Columbia, ativista na defesa de países emergentes mais pobres. Em uma palestra no fim de 2018, ele defendeu que o Paraguai deveria investir em linhas de transmissão para vender a energia de Itaipu.

VEÍCULO: O Globo

Data: 14/02/2019

Seção: Colunas

Autor: Ancelmo Gois

Título: Longa vida para a Vale

O Brasil não tem pena de morte —nem para um cidadão e muito menos para uma empresa. É com esse discurso que alguns ministros do governo estão se articulando numa operação para evitar que a tragédia em Brumadinho inviabilize a Vale. O exemplo citado é a Petrobras, que sobreviveu ao furacão da Lava-Jato. Tudo bem, desde que a Vale não fique impune por Brumadinho —até para servir de exemplo. Afinal, a tragédia deixou, até ontem, 155 pessoas desaparecidas e 166 corpos encontrados.

VEÍCULO: O Globo**Data: 14/02/2019****Seção: O País****Autor: AGUIRRE TALENTO BRASÍLIA****Título: Vale privilegiou lucro em vez de segurança, diz parecer do MPF**

Subprocurador faz alerta para risco de impunidade dos dirigentes da empresa

Em um parecer enviado ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) sobre o caso de Brumadinho, o Ministério Público Federal aponta que a mineradora Vale "privilegiou a lucratividade em detrimento da segurança de seus trabalhadores e dos habitantes de seu entorno" e alerta para o risco de impunidade dos dirigentes da empresa.

A manifestação é assinada pelo subprocurador-geral da República João Pedro de Saboia Bandeira de Mello Filho e foi enviada ontem ao ministro do STJ Nefi Cordeiro. Trata-se do primeiro posicionamento técnico de um integrante da Procuradoria-Geral da República sobre o caso, abordando mais especificamente a soltura dos técnicos da Vale que haviam sido presos.

Saboia se posiciona favoravelmente à soltura dos dois engenheiros da empresa TÜV SÜD Andre Jum Yassuda e Makoto Namba — eles já foram soltos no último dia 5 por decisão liminar da Sexta Turma do STJ em um habeas corpus. Falta ainda, porém, a decisão de mérito, por isso foi solicitada a manifestação da PGR.

O subprocurador aponta que não houve comprovação de que a atuação dos engenheiros, que atestaram a segurança da barragem, tenha colaborado para o acidente. "Até agora não há nenhum laudo pericial, ainda que por perícia indireta, dizendo a que se deve atribuir a ruptura da barragem", escreveu.

Na sua avaliação, o acidente está mais relacionado a uma opção econômica da Vale em detrimento da segurança e, por isso, a investigação não pode punir apenas técnicos e poupar os dirigentes da empresa. Essa opção seria o uso da técnica da construção da barragem "a montante", cujo risco envolvendo acidente tem potencial muito maior.

O mérito do habeas corpus ainda será julgado na Sexta Turma do STJ, que decidirá se mantém a liberdade dos engenheiros ou se reverte a decisão.

MAIS DUAS BARRAGENS

Já o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) pediu que a Vale inclua mais duas barragens na lista de estruturas com risco de rompimento: a Sul Superior, na Mina de Congo Soco, em Barão de Cocais, na região central do estado, e a

barragem Vargem Grande, em Nova Lima, na Grande Belo Horizonte. Segundo o MP, a Justiça aceitou o pedido e incluiu as estruturas.

VEÍCULO: O Globo

Data: 14/02/2019

Seção: O País

Autor:

Título: Na Câmara, CPI investiga tragédia

> O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), determinou a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar as causas e as responsabilidades do rompimento da barragem em Brumadinho (MG). A CPI foi sugerida pela deputada Joice Hasselmann (PSL-SP) e tem 195 assinaturas. O rompimento da barragem matou 166 pessoas — 160 ainda estão desaparecidos.

> Também ontem, a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor do Senado aprovou requerimento convocando o presidente da Vale, Fabio Schvartsman, a prestar esclarecimentos aos senadores.

> A comissão na Câmara deve ser instalada nos próximos dias. Na última terça-feira, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), leu outro pedido de criação de CPI para tratar do assunto. Essa solicitação foi assinada por 44 senadores. Ainda há outro pedido sobre a criação de uma CPI mista, que envolveria tanto a Câmara quanto o Senado. Margarida Salomão (PT-MG), diz que já há assinaturas suficientes.

> Ao responder sobre a quantidade de pedidos de CPIs, Maia disse que é possível haver um consenso para criar uma comissão mista.

— Se o presidente do Congresso compreender que consegue construir uma mista, tudo bem.

VEÍCULO: O Globo

Data: 14/02/2019

Seção: Economia

Autor: MANOEL VENTURA E BRUNO ROSA

Título: Governo quer 'reprivatizar' a Vale, diz secretário

Responsável pela área de Desestatização e Desinvestimentos afirma que 'talvez' seja necessário reduzir fatia de fundos de pensão na mineradora. Ações da companhia sobem 2,61%, e CVM deve cobrar explicações

BRASÍLIA E RIO- O secretário da Desestatização e Desinvestimentos do Ministério da Economia, Salim Mattar, disse ontem que o governo vai “reprivatizar” a Vale. Responsável pelo programa de privatizações do ministro da Economia, Paulo Guedes, ele afirmou que a mineradora pode ser considerada uma estatal.

— A Vale é uma estatal. Os fundos de pensão, patrocinados pelo Estado, detêm o controle. Estamos aqui para reprivatizar a Vale. Precisamos permitir que a iniciativa privada gire o mundo dos negócios — disse o secretário durante evento em Brasília, citando ainda que a BNDES-Par também é acionista.

A Vale passou por um processo de reestruturação societária como parte de sua estratégia para ingressar no Novo Mercado. Não há mais um bloco de controle, mas os fundos de pensão de estatais Previ (Banco do Brasil), Petros (Petrobras), Funcef (Caixa Econômica Federal) e Funesp são donos de 21% do capital da companhia. A BNDESPar (braço de investimentos do BNDES) tem 6,7% das ações. Enquanto o Bradespar detém 5,8% e a japonesa Mitsui, 5,6%. Investidores estrangeiros são donos de 47,7% do capital da Vale, e os brasileiros, 13,2%.

Após a palestra, Mattar disse que “talvez” seja necessário reduzir a presença dos fundos de pensão na empresa para que ela não tenha interferência no governo. Ele não explicou, porém, se os fundos serão obrigados a se desfazer das ações nem deu prazo para a “reprivatização”. A antiga Vale do Rio Doce foi vendida para a iniciativa privada em 1997, no governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso.

— A sociedade precisa fazer uma reflexão se queremos que os fundos de pensão continuem (na Vale) — afirmou.

VOZ EM DEFESA DA EMPRESA

O secretário considera, no entanto, que esse não é o melhor momento de vender a participação do BNDES na empresa, em razão da queda das ações desde o rompimento da barragem da mineradora em Brumadinho, período no qual acumula desvalorização de 18,98%.

— As ações estão no pior momento de venda. Não faz sentido para o BNDES vender as ações da Vale nesse momento. Aguardar um, dois, três anos, e aguardar o momento em que essas ações retornem (para vender) — explicou.

Ontem, os papéis da companhia avançaram 2,61%, a R\$ 45,46. Segundo fontes, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) deve enviar um ofício à Vale cobrando explicações sobre as declarações de Mattar para entender se há algum plano dos acionistas de se desfazer das ações. Procurada, a CVM informou que

acompanha informações envolvendo companhias abertas e que pessoas não ligadas diretamente a empresas de posse de informações que podem influir nas cotações devem agir de forma articulada com os canais institucionais da companhia.

Um executivo ligado aos fundos de pensão lembrou que a intenção é se desfazer de metade das ações até 2020.

— Foi dito apenas o que já estava previsto. Mas reprivatizar não é a melhor forma de explicar essa operação, já prevista no acordo de acionistas.

No caso da Previ, o fundo já havia decidido, há dois anos, se desfazer gradualmente de ações da mineradora. O plano é, até 2020, diminuir a fatia na empresa. O fundo passa por processo de desinvestimento, pois precisa de dinheiro em caixa para pagar benefícios.

Durante a palestra, Mattar afirmou que não se deve demonizar a Vale após o rompimento da barragem de Brumadinho. Ele comparou o desastre a uma queda de avião. Para ele, os responsáveis devem responder “no seu CPF”, mas a empresa tem de ser preservada para manter empregos e arrecadação de impostos.

— Sou a primeira voz dentro do governo a defender a Vale. Defendo que um gerador de riqueza e emprego que tem histórico espetacular já foi penalizado perdendo bilhões de reais. Não deveríamos separar a empresa dos CPFs responsáveis? — disse.

Segundo Mattar, o objetivo do governo é privatizar ou extinguir “substancialmente” as estatais: — Queremos reduzir substancialmente as estatais. Não pode o Estado competir com a iniciativa privada. Por que o Estado brasileiro tem que entrar na área de cartão de crédito, de seguros, de resseguros?

O secretário afirmou que quatro empresas públicas que estão sob o guarda-chuva do Ministério da Economia — Dataprev, Serpro, Casada Moeda e IRB — serão “vendidas ou fechadas”. A última teve abertura de capital concluída no governo Michel Temer, com a venda de ações na Bolsa.

Colaborou Gabriela Valente

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 14/02/2019

Seção: Brasil

Autor: Guilherme Paranaíba/Isabella Souto/Marcelo da Fonseca

Título: Sobe para 166 o número de mortos

A lama seca e com uma profundidade que chega a 20 metros impõe dificuldades ao trabalho de buscas pelos desaparecidos e à evolução no número de corpos resgatados em meio ao mar de rejeitos expelido após o rompimento da barragem da Vale do Córrego do Feijão, em Brumadinho, na Região Metropolitana de Belo Horizonte. A atualização do número de óbitos, divulgada ontem, aumentou em apenas um em relação a segunda-feira, último dado até então disponível. De 165, passou para 166, mantendo o patamar de 155 desaparecidos.

Enquanto as buscas seguiram em alguns momentos, mesmo com chuva nos arredores do Córrego do Feijão, policiais federais foram vistos pela reportagem fazendo levantamento fotográfico da área atingida. Com uso de uma câmera e de um drone, eles fazem o mapeamento do dano para constar na perícia da tragédia, trabalho que tem apoio de policiais também de outros estados. A reportagem flagrou esse trabalho na região do Parque da Cachoeira, bairro de Brumadinho em que casas foram destruídas pela onda de lama.

A atualização dos dados dos mortos trazendo apenas um corpo a mais indica que, daqui para a frente, o trabalho será mais difícil. “Essa era uma fase da operação que já estava prevista para acontecer dessa maneira. E agora, como os corpos estão em locais mais difíceis e mais profundos, é natural que a quantidade de localizados diminua bastante o ritmo”, afirmou o tenente Pedro Aihara, porta-voz do Corpo de Bombeiros.

CPIs

Câmara dos Deputados e Senado criaram comissões parlamentares de inquérito (CPIs) para apurar as causas do maior desastre socioambiental na história do Brasil. O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), oficializou ontem a criação da comissão e definiu o prazo para que os líderes façam a indicação de nomes para o grupo, que deverá funcionar durante 120 dias. O pedido para abertura foi apresentado pela deputada Joice Hasselmann (PSL-SP) e recebeu 194 assinaturas.

No Senado, os partidos ainda estão definindo a indicação dos nomes para a CPI. Ontem, o senador Randolfe Rodrigues (Rede) informou que o colegiado vai ser instalado, no mais tardar, na próxima semana. A leitura do requerimento da CPI foi feita na terça-feira pelo presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM).

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 14/02/2019

Seção: Economia

Autor: Simone Kafruni

Título: "Reprivatizar a Vale"

O secretário de Desestatização do Ministério da Economia, Salim Mattar, afirmou que o governo precisa reprivatizar a Vale. Segundo ele, a mineradora pertence a fundos de pensão de empresas estatais, portanto, não é privada como outras companhias de mercado. “Talvez a gente tenha de reduzir um pouco a presença desses fundos nas empresas, de forma que possam ser mais privadas, sem interferência do governo”, disse, após participar do painel Privatizações, empresas estatais e modernização do Estado brasileiro durante o Seminário de Abertura do Ano de 2019, promovido pela revista Voto, com apoio do Financial Times.

Conforme Mattar, a Vale, segunda maior mineradora do mundo, é uma companhia “fantástica”. “Estava prestes a se transformar no número um, geradora de riqueza e empregos, listada no Brasil e em Nova York. Mas, aconteceu um desastre que trouxe à tona muitas coisas”, afirmou. Entre essas coisas, continuou o secretário, foi levantada a questão de a Vale não ser efetivamente privada por conta da participação dos fundos de pensão e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social Participações (BNDESPar).

O secretário disse, porém, que não há decisão para venda imediata das ações em poder dos fundos e do BNDESPar. “Não há um horizonte para a venda dos papéis, porque estão no pior momento. A empresa perdeu muito valor. Não faz sentido vender agora”, disse. “Vamos aguardar um, dois, três anos. Não sei quando será o momento. Mas o BNDES tem que ter carteira de R\$ 100 bilhões? Ou esse dinheiro poderia reduzir a dívida ou o deficit, ou, ainda, ir para escolas, saúde segurança?”, indagou.

Durante a apresentação, Mattar reafirmou que o governo vai vender US\$ 20 bilhões em estatais até o fim do ano. Banco do Brasil, Caixa e Petrobras serão preservadas, porém “mais magrinhas”, com a privatização de subsidiárias. Ele assegurou que as empresas ligadas ao Ministério da Economia, como Serpro, Dataprev, Casa da Moeda e Instituto de Resseguros do Brasil (IRB) serão privatizadas. Já outras, como Correios e Empresa de Planejamento e Logística (EPL) são de responsabilidade de outros ministérios. “Eu fico aporrinhando os ministros para poder privatizar. Esse é o meu papel”, acrescentou.

MME / ASCOM .